XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

CIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA URBANA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES COLETIVAS EM BELO HORIZONTE NO SÉCULO XXI

(Grupo 2 "Ciudades en nuevo milenio")

Profª. Drª. Flávia Duque Brasil

flaviaduquebrasil@gmail.com

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro – Brasil

Prof. Dr. Ricardo Carneiro

Ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro – Brasil

Thaysa Sonale Almeida Silva

thaysasonale@gmail.com

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro – Brasil

Petter Isackson Maia

petter.isackson@gmail.com

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro – Brasil

Rodolfo Pinhón Bechtlufft

rbechtlufft@msn.com

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro - Brasil

RESUMO

A despeito da intensidade do processo de urbanização brasileiro, especialmente na segunda metade do século XX, a questão urbana em seu viés regulatório e redistributivo não chegou a integrar de forma efetiva a agenda governamental no período, propiciando a acumulação urbana, sem garantir o acesso aos bens e serviços urbanos para a maior parte da população. Em decorrência, o quadro socioespacial caracteriza-se pela periferização e metropolização; pela magnitude da ocupação informal, por desigualdades socioespaciais e processos de exclusão. Esses problemas constituem bases de reivindicações e de construção das propostas de reforma urbana por movimentos de moradia e suas articulações como o Movimento/Fórum Nacional de Reforma Urbana. Tais atores coletivos lograram incidir no texto da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade, na legislação relativa à habitação de interesse social e outros marcos normativos da politica nacional, afetando também processos locais. A plataforma de reforma urbana assentou-se em três pilares: direito à moradia e à cidade, função social da propriedade, e democratização do planejamento e da gestão urbanos. O trabalho analisa os movimentos sociais que têm atuado no campo da reforma urbana em Belo Horizonte nas duas últimas décadas, suas plataformas e formas de ação coletiva. Busca-se identificar e analisar como esses atores coletivos têm tematizado a cidade, reatualizado, ressignificado e alargado a agenda de reforma urbana. Os movimentos sociais e associações desde o século anterior influenciaram as políticas locais por meio de mobilizações e de formas de participação institucionalizadas que se retraíram nos últimos governos. No contexto atual, além das manifestações conectadas à política nacional (que não serão abordadas), emergiram novos atores coletivos, multiplicaram-se e pluralizaram-se as formas de ação coletiva contra a mercantilização da cidade e pela apropriação do espaço público. O artigo analisa os movimentos sociais de moradia e os que atuam na organização de novas ocupações urbanas informais que abrigam cerca de 12000 famílias; e movimentos que retematizam a cidade e o direito à cidade. O trabalho integra uma pesquisa em desenvolvimento.

Palavras-chave: movimentos sociais, direito à cidade; reforma urbana.

ABSTRACT

Despite the intensity of the Brazilian urbanization process, especially in the second half of the twentieth century, the urban issue in its regulatory and redistributive aspects did not effectively integrate the governmental agenda, providing for urban accumulation, without guaranteeing access to goods and services for the majority of the population. As a result, the socio-spatial environment is characterized by peripheralization and metropolization; by the magnitude of the informal occupation, by socio-spatial inequalities and exclusion processes. These problems constitute bases of demands and of the construction of the proposals of urban reform by social movements and its articulations like the National Movement of Urban Reform. These collective actors managed to influence the Federal Constitution of 1988, the "City Statute", the legislation on housing of social interest and other normative frameworks of national politics, affecting also local processes. The platform for urban reform was based on three pillars: the right to housing and the right to the city, the social function of property, and the democratization of urban management. The paper analyzes the social movements that have acted in the field of urban reform in Belo Horizonte in the last two decades, their platforms and forms of collective action. It seeks to analyze how these collective actors have thematized the city, updated, re-signified and extended the urban reform agenda. Social movements and associations since the previous century have influenced local politics through mobilizations and institutionalized forms of participation that have receded in recent governments. In the current context, in addition to the manifestations connected to national politics (which will not be addressed), new collective actors emerged, collective forms of action against the commodification of the city and the appropriation of public space multiplied and pluralized. The article analyzes the social movements linked to new informal urban occupations that shelter about 12000 families; and movements that retematize the city and the right to the city. The work integrates a research in development.

Keywords: Social movements; right to the city; urban reform

I. Introdução

Nas últimas décadas tem-se apontado a ampliação das formas participação social, mediante a expansão e a pluralização dos repertórios e pautas de ação coletiva (WARREN, 2002, p.678).

No contexto brasileiro de redemocratização nos 1980, ganharam evidencia atores coletivos que se (re)organizaram com pautas endereçadas à democratização, à inclusão social e alargamento dos direitos, dentre os quais o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU)[1], que constituiu uma ampla articulação de atores coletivos e logrou influenciar a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade - lei federal que regulamenta a política urbana. Nas décadas seguintes, ao lado das formas de organização e mobilização na sociedade civil, amplia-se a infraestrutura de participação institucionalizada, mediante a criação de um número expressivo de instituições participativas no país (conselhos, conferências, orçamentos participativos, dentre outros).

Contudo, em 2013, novos atores e formas de ação coletiva apresentaram-se no ambiente brasileiro, demarcando ciclos de mobilizações. A partir do Movimento Passe Livre, inicialmente em São Paulo, e do Movimento de Atingidos pela Copa, em diversas cidades, expandem-se as manifestações e protestos com pautas difusas, com o protagonismo de atores heterogêneos e em sua maioria não organizados.[2] Em 2014, tem-se um novo ciclo de mobilizações polarizado, associado às eleições ocorridas no ano, e que se estende em 2015. No período, ocorre também um repertório de movimentos de resistência desde 2015, como as ocupações de escolas e universidades públicas. Em paralelo, tem-se uma crise político institucional que culmina no golpe parlamentar e engendra novas manifestações e repressões aos protestos e manifestações.[3]

Em tais contextos, emergiram novos atores coletivos e multiplicaram-se as formas de ação coletiva. No âmbito local de diversas cidades brasileiras, ao lado de ações coletivas e protestos conectados com a política nacional, destacaram-se atores e ações coletivas na defesa do direito à

[1] O MNRU se reconfigurou nos anos 1990 como Fórum Nacional de Reforma Urbana, articulando movimentos de moradia e outros atores coletivos neste campo. Ver Brasil (2011) e Avritzer (2010).
[2] Sobre as manifestações de 2013 e subsequentes, ver Romão (2013), Tatagiba (2014), Silva (2015), Avritzer (2016), e Cafrune (2016).
[3] Ver Avritzer (2016).

cidade e contra a sua mercantilização e pela apropriação de espaços públicos, como no caso de Belo Horizonte.

Cabe notar que os movimentos sociais não constituem novidade na cidade, que apresenta um tecido movimentalista significativo, desde os anos 1960, que incluía os chamados movimentos sociais urbanos e associações de bairros e temáticas. No contexto de redemocratização, destacam-se atores coletivos organizados em torno do mote da moradia, da reforma urbana e da proteção ao meio ambiente, ao lado de movimentos e mobilizações no campo das políticas sociais, de gênero e diversidade. A partir de 1993, no governo da Frente BH-Popular[4], foi implementada uma arquitetura participativa ampla e plural na cidade, com instituições participativas como conselhos, orçamento participativo e conferências de políticas. Contudo, nos governos recentes[5] a dimensão participativa foi esvaziada e, em paralelo, ampliaram-se as ações coletivas e reconfigurou-se o tecido movimentalista.

Diante deste quadro, focalizam-se os movimentos sociais recentes que retematizam a cidade com suas pautas que podem ser associadas à perspectiva de reforma urbana, referida à pauta da função social da propriedade, da gestão democrática das cidades e do direito à moradia e à cidade. Este último pode ser entendido de forma ampla, nos termos de Harvey (2014, p.28), como as possibilidades emancipatórias, de mudança e reinvenção da cidade.

O trabalho insere-se em uma pesquisa exploratória em desenvolvimento[6] e aborda os principais movimentos sociais que têm atuado no campo da reforma urbana em Belo Horizonte, com o corte temporal nas duas últimas décadas. Além de apresentar um panorama desses movimentos, o artigo tem por objetivo analisar como esses atores coletivos têm retematizado a cidade e reatualizado a agenda societária de reforma urbana e quais os seus repertórios de ação coletiva. Especificamente, serão focalizados movimentos sociais associados às novas ocupações urbanas informais e os demais atores coletivos com plataformas associadas à reforma urbana e ao direito à cidade.

[4] Encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o Prefeito Patrus Ananias.
[5] Duas gestões do Prefeito Márcio Lacerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no período 2009-2016.
[6] "Participação social, movimentos sociais e ação coletiva em Belo Horizonte", voltada para a análise dos movimentos sociais, suas formas de ação coletiva e repertórios de interação com o poder público.

II. Marco teórico/marco conceitual

Em esforço de articulação de diferentes perspectivas, Della Porta e Dianni (1999, p.165) caracterizam os movimentos sociais como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações engajadas em confronto político ou baseadas em elementos culturais e identidades coletivas compartilhadas. Também de forma mais geral, em sua abordagem de movimentos sociais, Cohen e Arato (1992) destacam sua natureza coletiva e primariamente informal, constituindo a expressão de conflitos e apontando para possibilidades de mudança social. Mais além, os autores postulam lógicas de ação coletiva complementares e não excludentes para os movimentos sociais contemporâneos, envolvendo tanto a construção de identidades coletivas quanto a orientação estratégica; tanto as formas de ação contenciosas, quanto formas de ação mais institucionalizadas endereçadas a afetar o sistema político-institucional (BRASIL et al, 2017). [7]

Dados os limites desse artigo, apenas destacamos no campo dos movimentos sociais contribuições que se mostram relevantes como chave analítica. Uma primeira chave refere-se à noção de repertório de ação coletiva que Tilly (1995, p.26) reconceitua como "conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha".[8]

Um outro ponto importante refere-se à construção de significados partilhados que Melucci (1996) trata como um amalgama para ação coletiva e para a próprio processo de construção de identidades coletivas. Adiante, McAdam, Mc Carthy e Zald (1999, p.3-23) reconhecem a importância das dimensões ideacionais e cognitivas da ação, incorporando fundamentos culturais na noção de *frame* ou enquadramento interpretativo também como uma das bases para a ação coletiva.

[7] A partir do contexto brasileiro das últimas décadas, que se marca pela ampliação de instituições participativas, essa discussão tem comparecido sob vários prismas nos debates e desenvolvimentos teóricos e analíticos recentes no país, que colocam em foco as formas de ação mais institucionaliza desses atores e sua relação com o Estado. (DOWBOR, 2014; ABERS; TATAGIBA et alli, 2012; SILVA, 2015; CARLOS, 2015)
[8] Ver a revisão do conceito que foi efetuada por ALONSO (2012).

Nessa linha, coloca-se a questão da construção do significado de reforma urbana e do direito à cidade desde à perspectiva dos movimentos sociais, que se constituiu como uma base em reconstrução permanente para as ações coletivas no contexto brasileiro.

A ideia de reforma urbana remonta à década de 1960, no bojo das discussões sobre habitação de interesse social e é objeto de reconstruções no período autoritário, por parte dos movimentos sociais e outros atores sociais. No contexto de redemocratização, esses atores se articulam no MNRU e apresentam uma emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte, que resulta em afetar o texto da Constituição Federal de 1988. A agenda de reforma urbana condensa-se, então, em três pontos: direito à moradia e à cidade; função social da propriedade; e gestão democrática das cidades. A própria noção de direito à cidade remete, nesse contexto, às demandas de inclusão socioespacial decorrentes dos processos de exclusão, das desigualdades e dos déficits de inclusividade das cidades brasileiras. No decorrer das décadas seguintes, mediante a atuação dos movimentos e atores coletivos a agenda de reforma urbana se concretiza em alguma medida na legislação (no Estatuto da Cidade) e, em alguns casos, em praticas no contexto de administrações democrático populares. Mais além, essa agenda se alarga, mantendo os núcleos referenciados, inclusive a noção de direto à cidade aqui mobilizada. (BRASIL, 2011; AVRITZER, 2010).

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade, redigida por movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e de diversos países no bojo do Fórum Social Mundial (FSM) sustenta que "a luta pelo direito à cidade tem como objetivo tornar o valor de uso predominante sobre o valor de troca, construir o direito coletivo e da importância da política." (FSM, 2006), apontando para a primazia do valor de uso na linha das reflexões de Lefebvre (2011). Como afirma Rodrigues (2007), "a utopia da cidade como direito quer o usufruto coletivo da e na cidade. O 'valor', para os seus defensores, é o valor de uso e pressupõe o acesso universal na apropriação e usufruto da cidade."

Nos termos da citada Carta Mundial, direito à cidade "implica enfatizar uma nova maneira de promoção, respeito, defesa, realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais garantidos nos instrumentos internacionais de direitos humanos", e ainda, "a luta pelo direito à cidade tem como objetivo tornar o valor de uso predominante sobre o valor de troca, construir o direito coletivo e da importância da política". (FSM, 2006)

De acordo com Harvey (2014, p.28), a ideia de direito à cidade remete às possibilidades emancipatórias, de mudança e reinvenção da cidade e depende, assim, do exercício de poder coletivo sobre o processo de urbanização. O direito à cidade não pode ser concebido como direito individual. Conforme Harvey (2013, p.33), demanda um esforço coletivo e formação de direitos coletivos a partir de solidariedades sociais, apontando para a " criação de espaços urbanos comuns, de uma esfera publica de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos direito de fazer uma cidade diferente".

III. Metodologia

O artigo analisa os movimentos sociais que retematizam a cidade e o direito à cidade, partindo de uma breve revisão de literatura no campo dos movimentos sociais e ações coletivas, na qual se destacou e as bases cognitivas para a ação coletiva e a noção de repertório. Outra linha de revisão examina a perspectiva de reforma urbana e direito à cidade, tendo em vista situar e enquadrar os movimentos sociais focalizados.

O artigo apresenta um mapeamento inicial dos principais movimentos sociais na Belo Horizonte do século XXI, identificando os atores coletivos, suas pautas/agendas e repertórios de ação. A pesquisa recorreu a levantamentos documentais basicamente a partir de sítios da internet (web) de periódicos e dos próprios movimentos, bem como das páginas desses atores coletivos nas redes sociais. No decorrer de 2016, foram empregadas técnicas de observação direta e entrevistas semiestruturadas com lideranças e/ou informantes-chave participantes dos movimentos.

IV. Análise e discussão de dados

Para fins analíticos distinguem-se os movimentos sociais associados às ocupações urbanas recentes dos demais movimentos que retematizam a cidade sob o prisma da reforma urbana e do direito à

cidade. A análise busca identificar esses movimentos sociais, resultando em um panorama dos atores coletivos, abordando os motes e repertórios de ação coletiva.

a) Movimentos sociais e as novas ocupações urbanas

As ocupações informais constituem um fenômeno muito expressivo em Belo Horizonte e na própria Região Metropolitana (RMBH) as duas ultimas décadas. A estimativa é o envolvimento de 14.269 famílias correspondendo aproximadamente a 55 mil pessoas nas 24 ocupações na RMBH (LIBÂNIO et al, 2016, p.11), das quais 13 se encontram em Belo Horizonte, como mostrado no Quadro 1, excetuando-se a recente Ocupação Carolina, em um prédio da Secretaria Estadual de Saúde.

Para Nascimento (2016, p.161) essas ocupações configuram-se como um "movimento livre de criação de uma outra cidade, ainda que em terrenos precários e condições sociopolíticas vulneráveis e até mesmo violentas." Canetierre (2017) reporta a visão das ocupações como uma prática política, com os mutirões organizados sob a lógica da autogestão e da participação social, que permite pensar novas formas de produzir, organizar e viver a cidade.[9] Para o autor, as ocupações urbanas não são apenas um movimento popular de luta pelo direito de moradia, embora seja elemento central da sua articulação. Mais que isso, elas indagam as contradições inerentes à apropriação capitalista do espaço urbano, permitindo o surgimento de novas relações democráticas possíveis, contrapondo a heteronomia do capitalismo à autonomia das práticas populares autogestionárias na cidade, a constituição do poder popular ao poder político e econômico do capital e a sociabilidade comunitária ao individualismo.

Como afirma Lelis (2016), as ocupações se configuram como fenômeno político e social de luta pelo direito à cidade e à moradia digna, e caracterizam-se pela organização, mobilização, formação de um quadro de militância e pela construção de um discurso que denuncia a hegemonia do interesse privado em detrimento do interesse coletivo, na medida em que grandes porções de

[9] Outra perspectiva seria o entendimento das ocupações como favelas e loteamentos clandestinos como uma forma de exploração do trabalhador uma vez que o item habitação não é considerado no salário dos trabalhadores e estes, por sua vez, teriam que apelar para a autoconstrução de sua própria moradia Oliveira (2006).

terra aguardam valorização e viabilidade econômica ao mesmo tempo em que muitas famílias são excluídas do direito de habitar a cidade e usufruir de serviços públicos.

Nessa direção, as ocupações constituem "novos territórios insurgentes" nos termos de Mayer (2015) e diferem das favelas (que também constituem ocupações informais), pelo seu caráter de ação coletiva organizada - e até mesmo planejada urbanisticamente – a partir de atores coletivos.

Os principais movimentos sociais envolvidos na organização das ocupações são o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que atualmente também se organiza no âmbito nacional, e as Brigadas Populares (BP). O MLB, que se liga ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), organiza-se em 1999, inicialmente em Belo Horizonte a partir de divergências em um processo de ocupação (SILVA, 2012). Para o MLB a prática das ocupações e luta pela moradia é o principal instrumento de luta pela reforma urbana. A prática da ocupação também significa, para o movimento, um processo pedagógico de transformação social: "a ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo" (MLB, 2017).

As BP surgiram a partir de um grupo de estudos sobre marxismo de alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2006, parte desse grupo começou a realizar um trabalho social em uma favela, proporcionando um contato direto com uma associação de moradores do local que estava se mobilizando para a ocupação de um prédio. O grupo que compõe as BPs atualmente é mais amplo e diverso, expandindo-se pelo estado e articulando-se a nível nacional com outros movimentos. Em 2011, houve um processo de fusão das BPs com outros três coletivos com linha de atuação similar. (BRASIL et al., 2017)

Além desses dois movimentos que se apresentam de forma expressiva e recorrente nas ocupações, destacam-se outros atores envolvidos nas ocupações em foco, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, a Pastoral da Juventude (PJ) e a Frente Terra e Autonomia (FTA), ao lado de associações e fóruns locais. Além da organização Arquitetas sem Fronteiras (AsF), algumas ocupações contaram com assessorias técnicas ligadas à UFMG e à Pontifícia Universidade Católica (PUC).

O Quadro 1 apresenta as ocupações que ocorreram nas duas últimas décadas, permitindo vislumbrar a dimensão do fenômeno e o espectro de atores coletivos envolvidos na mobilização e organização das ocupações.

Quadro 1- Ocupações informais organizadas em Belo Horizonte a partir de 2000.

Ocupação	Ano	Nº famílias	Movimentos envolvidos	Localização	Observações
Novo Lajedo	2002	3.500	BP Associação Comunitária	Belo Horizonte (Região Izidora).	A ocupação não se encontra em situação de conflito fundiário, há um processo de Ação Civil Pública da Defensoria Pública do Estado contra a PMBH por falta de provisão dos serviços urbanos, mas ainda não houve decisão judicial; toda a infraestrutura foi feita por meio de autoconstrução. Associação Comunitária formalizada.
Camilo Torres	2008	142	Fórum de Moradia do Barreiro	Belo Horizonte (Barreiro)	Há mandado de reintegração de posse, mas sem confirmação de propriedade e falta de "operacionalidade" da PM. A rede de água está sendo implantada pela COPASA desde 2015
Dandara	2009	1.200	CPT BP	Belo Horizonte (Céu Azul)	Possui plano urbanístico; acesso a serviços públicos realizado no entorno. Os moradores possuem duas associações (Associação de moradia Dandara e ocupações de BH e RMBH e Associação dos moradores da comunidade de Dandara). Houve uma ordem de reintegração de posse que foi suspensa por Ação Civil da Defensoria do Estado por violação de direitos das famílias ocupantes; hoje não há conflito fundiário.
Irmã Dorothy	2009	223	Fórum de Moradia do Barreiro	Belo Horizonte (Barreiro)	Assistência do Grupo Práxis (EA/UFMG) e assessoria jurídica da PUC/Minas, importante no questionamento de uma ordem de reintegração de posse; a situação jurídica é a mesma da Camilo Torres. A água está sendo implantada pela COPASA desde 2015.
Zilah Spósito/ Helena Greco	2011	130	MLPM BP CPT	Belo Horizonte, (bairro Zilah Spósito)	No início houve uma tentativa de remoção forçada e violenta pela guarda municipal com anuência da PMBH, mas foi superada pela ação dos movimentos sociais e pela ação judicial do Ministério Público estadual.
Vila Pomar do Cafezal	2012	120	AsF / BP	Belo Horizonte, bairro Serra, Centro-Sul (Aglomerado da Serra)	Surgimento em maio de 2012; possui 5 anos (em 2017); situada em terreno acidentado, em 2013 a URBEL e Defesa Civil tentaram remover as famílias alegando risco de deslizamento e instabilidade geológica em laudo; com apoio dos Arquitetos Sem Fronteira, os moradores questionaram o laudo da PMBH, mostrando que não há instabilidade do solo, mas sim, pontos instáveis localizados, o que foi minimizado com a iniciativa de plantio de árvores frutíferas (pomar de desfrute coletivo), as ordens de remoção foram suspensas em virtude de outros laudos técnicos; a comunidade é servida pela rede de serviços do Aglomerado da Serra.
Novo Paraíso	2012	350	BP / CPT	Belo Horizonte (bairro Palmeiras)	Surgimento em agosto de 2012; possui 5 anos (em 2017); a empresa proprietária desistiu formalmente da ação de reintegração de posse após atos de repúdio às tentativas de remoção; possui características de bairro; parcelamen-

					to do solo autoconstruído; a ocupação se estendeu à área de servidão das linhas de alta tensão da CEMIG, e em 2015 as BP foram notificadas da existência de uma ação de reintegração de posse da CEMIG (sem mais informações); o acesso a serviços se dá pelo deslocamento para bairros do entorno.
Eliana Silva	2012	350	MLB	Belo Horizonte (Barreiro)	Forte mobilização social ligada à remoção violenta dos moradores de outra área próxima; possui plano urbanístico (Grupo Práxis). A distribuição de água esta sendo implantada pela COPASA desde 2015.
Rosa Leão	2013	1.500	MLB CPT BP	Belo Horizonte (bairro Zilah Spósito –Izidora)	Apoio da Rede Resiste Izidora (ocupações Esperança, Vitória e Rosa Leão). Região Izidora marcada por grande conflito fundiário; há uma liminar de reintegração de posse contestada judicialmente. Participa de processo de negociação em mesa de diálogos que indica resolução, desapropriação e demarcação como Zona Especial de Interesse Social.
Nelson Mandela	2013	310	MLB CPT	Belo Horizonte (Barreiro)	Mesma situação da ocupação Camilo Torres
Vila Esperança	2014	70	FTA	Belo Horizonte (Calafate)	-
Terra Nossa	2014	235	Nenhum	Belo Horizonte (Taquaril)	-
Paulo Freire	2015	170	MLB	Belo Horizonte (Barreiro)	Mesma situação da ocupação Camilo Torres

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Libânio e Morado (2016)

A Ocupação Dandara constitui o caso mais bem sucedido e emblemático, contando com um plano urbanístico a partir da assessoria técnica de arquitetos do Escritório de Integração da PUC-Minas que definiu, em conjunto com os moradores, diretrizes de uso e ocupação, obedecendo à legislação urbanística vigente. Apesar da condição de informalidade, a ocupação já conseguiu que uma reintegração de posse fosse suspensa e, com um considerável número de delegados para a votação do Orçamento Participativo municipal (2015/2016), aprovou obras de pavimentação das ruas. (LIBÂNIO et al., 2016, p.33).

Para finalizar esta seção, cabe esclarecer que, além das ocupações atuam na cidade, há outros movimentos de moradia que também se associam à agenda de reforma urbana construída pelo MNRU e se organizam no âmbito nacional, como a União Estadual por Moradia Popular (UEMP) que atuou na produção autogestionada de moradias no Programa Credito Solidário, criado no governo Lula. Também atua na cidade um grande número de Associações de Bairro que, em parte, se articulam à Confederação de Associações de Moradores (CONAM).

b) Movimentos culturais e ambientais, reforma urbana e direito à cidade

Em paralelo às ocupações, emergiram novos movimentos e ações coletivas em Belo Horizonte que se associam à chave da reforma urbana e direito à cidade. Os movimentos, seus participantes, agendas e repertórios de ação estão consolidados no Quadro 2.

O Movimento Tarifa Zero denota problemas de mobilidade e, mais além, aponta para a defesa da ideia do direito à cidade como um direito social. O Salve Santa Teresa destaca-se na perspectiva de preservação do patrimônio cultural do bairro, marcando-se como um movimento de resistência à especulação imobiliária e à lógica de mercantilização da cidade, apontando para demandas de qualidade de vida urbana. Também os movimentos Mata do Planalto e Parque Jardim América, para além da perspectiva de preservação ambiental, afirmam-se nesta mesma linha de resistência, enquanto o Fica-Ficus e o SOS Parque das Mangabeiras colocam-se em caráter oposicional às iniciativas do governo municipal, no último caso em oposição a um padrão empreendedorista de gestão. Contudo, o Fica-Ficus também se alinha em sua pauta com os demais movimentos (Praia da Estação, Viaduto Santa Teresa e Muitxs), que, em uma linha cultural, se afirmam na perspectiva de direito à cidade como inclusão que se coloca desde a apropriação e democratização dos espaços públicos, apontando para as potencialidades de tematização da cidade e de radicalização democrática.

Um ponto comum a esses movimentos consiste no uso amplo das redes sociais. Se no caso das ocupações esse recurso se coloca como essencial nos momentos de conflito, permitindo mobilizar apoios, no caso desses movimentos as redes são empregadas para manifestações nos momentos críticos, mas também para mobilização de eventos com caráter lúdico, que retomam a cidade como lócus da festa e do encontro, como vislumbrado por Lefebvre (2011).

Quadro 2- Movimentos ambientais e culturais que retematizam a cidade

Movimento	Ano de emergência	Agenda e significados compartilhados	Participantes	Repertórios de ação
Salve Santa Tereza	1996 e reconfigura-	Luta contra a especulação imobiliária e intervenções que	Movimento que reúne mora-dores do bairro e articula-se a	Manifestações e encontros na Praça Duque de Caxias; pressão e

	se em 2013	ameacem o bairro, seu patrimônio e a qualidade de vida da população, con-traposto à mercantilização da cidade.	outros movimentos. Surgiu em 1996 diante da-mudança de legislação e especulação imobiliária.	diálogo com o governo local. Obteve sucesso em diversas pautas
Salve a Mata do Planalto	2009	Luta contra a especulação imobiliária e pela preservação do remanescente de mata atlântica conhecida como Mata do Planalto, localizado no bairro Planalto em BH e pelo uso do local pela população em atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.	Composto principalmente por moradores dos bairros Planalto, Campo Alegre e Vila Clóris e ambientalista,	O movimento se mobiliza a partir de carretas, caminhadas, atividades culturais e apresenta intenso uso das redes sociais e da mídia local para mobilização. Institucionalmente com a participação em audiências públicas e discussões com o poder público e Ministério Público.
"Praia" da Estação	2010	Movimentação insurgente de apropriação da Praça e contra a privatização do espaço público; coloca-se como "manifestação político-cultural". O movimento difuso e abrangente emerge da insatisfação quanto ao Dec.13798/dez.2009 do prefeito (Márcio Lacerda) que vedava a realização de eventos na Praça da Estação. "A Praça é de TUDO e de TODOS. A Praça é nossa Praia (COLETIVO, 2011)	A "praia" foi mobilizada por meio das redes sociais, envolvendo participantes heterogêneos, principalmente segmentos de classe média, ao lado de movimentos e coletivos já atuantes na cidade.	Os manifestantes ocupam a praça e se apropriam do espaço, inclusive se molhando nas fontes, de onde o mote "Praia da Estação". Um Decreto posterior, em 2011 passa a permitir eventos na Praça com autorização e é chamado pelos manifestantes como "Lei da Praça Livre". Alguns coletivos se constituíram a partir dessas ações coletivas e foi constituído também um Bloco de Carnaval em 2012.
Parque Jardim América	2011	Luta contra a especulação imobiliária, pela preservação do remanescente de mata atlântica e a criação de um parque público na área da antiga chácara Jardim América.	O movimento se autodefine como horizontal, aberto e apartidário e sem laços institucionais, sendo composto por moradores da região oeste de BH, estudantes e ambientalistas.	O movimento se mobiliza a partir de reuniões esporádicas entre seus participantes, passeatas, atividades lúdicas, pelo bloco de carnaval "Bloco do Parque", utilizando as redes sociais para divulgação e mobilização para sua causa, mantendo-se articulado com outros movimentos ambientais da cidade. Institucionalmente participa de audiências públicas.
Fica-Ficus	2013	Inicialmente luta pela permanência dos fícus da Avenida Bernardo Monteiro, na região centro sul de Belo Horizonte, bem como pela manutenção dos espaços verdes e arborização das vias da cidade. Amplia sua pauta para a arborização urbana.	O movimento é composto por ambientalistas, estudantes e artistas; moradores da cidade simpatizam-se com a causa.	O movimento mobilizou-se inicialmente via redes sociais e mantem essa interação como chave ao lado de ocupações de espaços públicos e atividades lúdicas como piqueniques e rodas de conversas. Institucionalmente participa de audiências públicas no legislativo, em reuniões e com o governo local e Ministério

				Público. Obteve êxito com a suspensão de cortes dos fícus, que constituía o mote inicial do movimento.
Tarifa Zero BH	2013	Autodefinido como um movimento autônomo horizontal independente voltado para a democratização do transporte público na cidade.	Movimento originário de mobilização de estudantes de diferentes áreas,	Diversas manifestações de rua, colocando um ônibus para rodar na cidade gratuitamente, a partir do bloco de carnaval " Pula Catraca" (fundado pelo movimento Tarifa Zero BH). O movimento também participa de reuniões de Planejamento Plurianuais propondo ações orçamentárias, do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e do Observatório de Mobilidade Urbana, conseguindo nessas ações impedir por duas vezes o aumento tarifário em BH.
Viaduto Santa Tereza Ocupado	2014	Reivindica a transparência, respeito e participação popular na obra de revitalização do Viaduto de Santa Tereza, um dos principais símbolos arquitetônicos e históricos da cidade.	Em 08/02 o Viaduto foi ocupado (artistas, praticantes de skate e patins) em protesto a uma cerca pela colocada pela prefeitura, derrubando as cercas. A partir dali passaram a acontecer reuniões periódica ampliando o público, na maioria jovem.	Ocupação do viaduto e retirada das cercas de isolamento; assembleias periódicas entre os integrantes do movimento e reuniões com o poder público. Ocorrem também eventos e manifestações culturais diversas sob o viaduto.
Muitxs – Cidade que Queremos	2015	Movimento transversal que se define a partir de 3 eixos: direito à cidade, radicalização da democracia e representatividade de minorias. Pauta de disputar as eleições municipais teve como inspiração as plataformas municipalistas na Espanha (Ahora Madrid e Barcelona em Comu).	Agregou participantes de perfil heterogêneo quanto à faixa etária, de renda e atuação profissional. Aglutina coletivos e articula-se com diversos movimentos.	A retomada do espaço público mediante a realização de reuniões e diversas ações coletivas, inclusive de cunho lúdico. O movimento articulou-se com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apresentando 12 candidatos a vereador nas eleições municipais. Elegeram 2 vereadoras, uma das quais foi a mais votada na cidade.
S.O.S Parque das Mangabeiras	2016	Luta contra a privatização do Parque das Mangabeiras e pela conservação ambiental da fauna e flora do parque.	Ambientalistas, concessionários que trabalham no parque e moradores (de classe média alta) dos bairros vizinhos .	Reuniões e debates, atividades lúdicas como caminhadas, interlocução com representante do Legislativo.

Fonte: Brasil et al (2017).

O Quadro 2 mostra a diversidade dos movimentos e de repertórios de ação coletiva, seja na linha do ativismo oposicional, seja em ações mais institucionalizadas e diálogos com o poder público. Mostra, também, como os significados construídos e compartilhados pelos movimentos e a sua agenda convergem com a perspectiva de reforma urbana atrelada ao direito à cidade em sua acepção mais ampla.

Destaca-se o "Muitxs – Cidade que queremos", não apenas por ter logrado sucesso em sua estratégia de "ocupar" o legislativo municipal com a eleição de duas vereadoras, que em si, mostra-se como uma linha de ação singular e inovadora. A vocação transversal do movimento abarca o direito à cidade de forma ampla, associado às suas pautas de radicalizar a democracia e a representação de minorias. Nesse sentido, conforme um dos manifestos do movimento citado em Brasil et al.(2017, p.20), o Muitxs volta-se para lançar "candidaturas que levem ao protagonismo os sujeitos das lutas sociais, corpos que expressem a diversidade de gênero, raça, orientação sexual e territórios, buscando-se a paridade."

V. Conclusões

O panorama revelado no artigo permite perceber a multiplicidade e a diversidade de movimentos sociais que se endereçam às pautas vinculadas ao direito à cidade e se apresentam em cena neste século em Belo Horizonte.

A extensão e a ampliação recente do tecido movimentalista suscitam algumas questões. De um lado, pode ser associada, a partir de 2013, em parte ao próprio contexto nacional, marcado por um ciclo de mobilizações. Contudo, em parte pode-se atribuir o florescimento de novas formas de ação coletiva ao contexto local, considerando-se o perfil do governo municipal, no que refere ao relativo esvaziamento das instituições participativas e, ainda, aos déficits de inclusividade socioespacial e à orientação empreendedorista no tratamento da questão urbana.

Para além dos motes da moradia, da defesa do patrimônio ambiental ou de apropriações culturais, que constituíram motes específicos de ação coletiva, os movimentos em foco construíram significados e pautas mais abrangentes. Nesse sentido, o Muitxs bem vocaliza uma agenda ampla (e convegente com outros movimentos) de direito à cidade, inclusão das minorias e radicalização democrática.

As ocupações urbanas e demais ações coletivas em suas pautas convergem com a agenda de reforma urbana construída pelos atores coletivos no período de redemocratização do país e em suas pautas e práticas reatualizam e ampliam essa plataforma. Caracterizam-se como movimentos

sociais voltados para direito fundamental de habitar a cidade, repensando criticamente as formas de uso e ocupação do espaço urbano, a lógica especulativa que reduz a cidade a uma mercadoria ou, ainda, a gestão nos moldes da cidade-empresa. Na condição de manifestantes ou de ocupantes, mediante novas formas de ação coletiva, os movimentos sociais pressionam por uma institucionalização da diversidade cultural e ressignificação de práticas sociais.

Nos dizeres de Harvey (2006), o direito à cidade surge das ruas e bairros. "Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas, a quem queremos ou, o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser." (HARVEY, 2006, p.210).

VI. Bibliografía

ABERS, Rebecca (2000). ***Inventing local democracy: grassroots policies in Brazil***. Bolder: Lynne Rienner.

ALONSO, Angela (2012). ***Repertório, segundo Charles Tilly***: história de um conceito. Sociologia & antropologia, 2(3), 21-41.

AVRITZER, Leonardo (2010). ***O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil***. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.91.

BRASIL, F.P.D.; CARNEIRO, R.; SILVA, T.S.A.; BECHTLUFFT, R.P. (2017). ***Movimentos Sociais e Cidade***: Uma análise das formas de ação coletiva recente em Belo Horizonte. In: III Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas, Vitória-ES.

BRASIL, Flávia P.D. (2011). ***Democracia e participação social***: a construção de avanços democratizantes nas políticas urbanas pós-1980. Belo Horizonte: UFMG (Tese Doutorado Sociologia).

BRASIL, Flavia P.D. (2012). ***Participação-deliberativa, novos atores coletivos e a democratização das políticas urbanas federais pós-80***. 35º encontro anual da ANPOCS.

CAFRUNE, Marcelo Eibs (2016). ***O direito à cidade no Brasil***: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, 4(1), 185-206.

CANETTIERI, Thiago (2017). ***O debate sobre as ocupações urbanas revisitado***: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição. Revista e-metropolis, ano 8, nº 29. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/219/original/emetropolis29_art3.pdf?1499539999>

CARLOS, E (2015). ***Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais***. Interseções, Rio de Janeiro, v.17 n.1, p.15-53.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew (1992). ***Civil society and political theory***. Cambridge: Mit Press.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (1999). Social Movements an Introduction. Blackwell Publishing. Disponível em: <https://www.hse.ru/data/2012/11/03/1249193172/Donatella_Della_Porta_Mario_Diani_Social_Mov.pdf >

Fórum Social Mundial (2006). ***Carta Mundial pelo Direito à cidade***. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>

DOWBOR, Monika (2014). ***Para além de recursos para as mobilizações***: organizações de movimentos sociais como ação política. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.

HARVEY, David (2006). ***Espaços de esperança***. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, David (2012). ***O direito à cidade***. Lutas sociais. N.29. 2012. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>

HARVEY, David (2013). ***A liberdade da cidade***. in VAINER, Carlos et.al. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo.

HARVEY, David (2014). ***Cidades Rebeldes***: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes.

LEFEBVRE, Henri (2001). ***O direito à cidade***. São Paulo: Centauro.

LELIS, Natália (2016). ***Ocupações urbanas***: a poética territorial da política. REBUR Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n.3, set./dez.

LIBÂNIO, Clarice; MORADO, Denise (2016). ***Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte***. Belo Horizonte: Favela é isso aí.

MAYER, Joviano G.M. (2015). ***O comum no horizonte da metrópole biopolítica***. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação Mestrado Arquitetura e Urbanismo).

MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (1999). ***Comparative perspectives on social movements***: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge University Press.

MELUCCI, Alberto (1996). ***Challenging codes***: collective action in the information age. Cambridge: University press.

MORADO, Denise (2016). ***Outra lógica da prática***. In: Saberes [auto] construídos. Denise Morado Nascimento (org.). Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária.

MORADO, Denise (2016). ***As políticas habitacionais e as ocupações urbanas***: dissenso na cidade. Cadernos Metrópoles, vol.18, n.35, pp.145-164.

Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Vilas (2017). ***MLB, essa luta é pra valer***. Disponível em: <https://www.mlbbrasil.org/our_team> Acessado em 05/11/2017.

RODRIGUES, Arlete M. (2007). ***A cidade como direito***. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (33). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24533.htm>

ROLNIK, Raquel (2013). ***Cidades Rebeldes***: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Carlos Vainer, David Harvey, Ermínia Maricato et.al. (organizadores). São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

ROLNIK, Raquel (2015). ***Guerra dos Lugares***: A Colonização da Terra e da Moradia na Era Das Finanças. São Paulo: Boitempo.

ROMÃO, Wagner de Melo (2013). ***As manifestações de junho e os desafios à participação institucional***. Boletim de análise político-institucional, 11-17.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo (2002). ***Para ampliar o cânone democrático***. In Santos, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39-83.

SILVA, Cleiton Ferreira da (2012). ***O movimento de luta nos bairros, vilas e favelas (MLB) e a política de autogestão***: análise de uma experiência no bairro Iputinga, Recife-PE. Recife: UFPB (Dissertação Mestrado Geografia).

SILVA, Marcelo Kunrath (2015). ***Movimentos Sociais no Brasil***: Institucionalização e Contestação. Trabalho apresentado no III Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales, realizado na FLACSO-Ecuador, Quito.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. (2012). ***Ocupar, reivindicar, participar***: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opinião Pública, 18(2), 399-426.

TATAGIBA, Luciana (2014). ***1984, 1992 e 2013: Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil***. Política & Sociedade, 13(28), 35.

TILLY, Charles (1995). ***Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834***. In: Traugott, Mark (org.). Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, p. 15-42.

WARREN, Mark (2002). ***What does participation means today?*** Political Theory, vol 30, n.5.